

Mandato em ação!

Confira um resumo das nossas principais ações.



ANA JÚLIA
DEPUTADA ESTADUAL

“

**NÃO VÃO JAMAIS
CALAR A CHEGADA
DA PRIMAVERA!**



O mandato é do tamanho dos nossos sonhos!



Quando assumimos o nosso mandato na Assembleia Legislativa em 2023, levamos para o Parlamento a experiência construída nas lutas pela escola pública e os sonhos que nos impulsionaram nas ocupações estudantis de 2016, contra a reforma do Ensino Médio. Desde então, atuamos com fiscalização firme do governo do Estado, apresentando projetos e mantendo diálogo permanente com movimentos sociais. O nosso mandato segue orientado pela participação popular e pelo compromisso com a justiça social.



**SEMPRE COM A MARCA DA
COLETIVIDADE, O NOSSO
MANDATO ASSUMIU FRENTES
PLURAIS DE ATUAÇÃO.**

CONHEÇA NOSSAS PAUTAS



MAIS DE 120 MIL KM RODADOS PELO PARANÁ



Um mandato que não para, que atravessa o estado ouvindo, dialogando e construindo soluções junto com as pessoas.

Nosso trabalho nasce do encontro com a base: professores, estudantes, trabalhadores, mulheres, juventudes, movimentos sociais e lideranças comunitárias. Cada agenda, cada audiência e cada visita é parte de um mandato construído coletivamente, debaixo de chuva, sol ou estrada, sempre ao lado de quem faz o Paraná de verdade.



CONHECIMENTO É FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO.



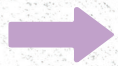
Cursos de Formação Política, reunindo centenas de jovens e lideranças populares.



Audiências públicas e ações em defesa dos direitos das mulheres, da juventude, da educação pública e dos trabalhadores.



Realização de rodas de conversa nas comunidades, escutando demandas sobre saúde, transporte e educação.



Ações de formação cidadã com convidados de todo o Brasil.

MANDATO PARTICIPATIVO



Consultas populares via redes sociais e formulários.



Espaços abertos para denúncias e sugestões.



Atendimento permanente via WhatsApp e e-mail, com equipe técnica e jurídica.



“Mandato na Rua”: escuta direta em bairros e periferias.



ATUAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Atuação firme e combativa na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça): trabalhamos intensamente para barrar políticas neoliberais, impedir ataques aos direitos sociais e enfrentar a lógica de desmantelamento dos serviços e dos servidores públicos.

**MAIS DE 50 PROJETOS
RELATADOS, ENTRE
RELATORIA E VOTO
EM SEPARADO**



nnn

*Fiscalizar é proteger
direitos e preservar
a democracia.*



DIREITO DAS MULHERES

*o caminho que não
pode retroceder*

A defesa dos direitos das mulheres é pilar do nosso mandato. Atuamos para enfrentar as desigualdades e para combater todas as formas de violência, inclusive a violência política de gênero que tenta silenciar mulheres nos espaços de poder. Nossa luta passa pela construção de políticas de cuidado, pela ampliação da proteção institucional, pelo fortalecimento das Delegacias da Mulher, pela promoção da equidade no trabalho e pela garantia de atendimento humanizado na saúde. Cada lei, audiência e projeto que construímos tem um objetivo central: assegurar que as mulheres vivam com dignidade, autonomia e respeito, dentro e fora da política.



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- ➔ Economia do Cuidado e os Impactos na Vida das Mulheres
- ➔ Advocacia dativa para garantir defesa de mulheres vítimas de violência
- ➔ Quem cuida de quem cuida – saúde mental das mães de pessoas com deficiência
- ➔ Combate ao Assédio nos Estádios
- ➔ Enfrentamento à violência política de gênero



PROJETO DE LEI E LEIS

Lei 21.926/2024 - Expansão e fortalecimento das delegacias da mulher.

Lei 22.707/2025 - Cria o Dia da Escritora Paranaense (25 de novembro).

Lei 21.403/2023 - Combate à violência obstétrica e garantia de atendimento humanizado.

Lei 22.478/2025 - Estabelece condições de trabalho adequadas para policiais científicas e penais gestantes e lactantes.

Lei 22.115/2024 - Cria o Programa Paranaense de Atenção à Saúde no Climatério.

PL 426/2024 - Estabelece apoio ao aleitamento humano em emergências e desastres.

PL 603/2025 - Institui a campanha Agosto Dourado no Código da Mulher Paranaense.

PL 679/2025 - Altera a legislação consolidada dos direitos da mulher.

PL 715/2025 - Amplia direitos e procedimentos no Código da Mulher Paranaense.

PL 807/2023 - Atualiza regras sobre a presença de doulas no parto e no pós-parto.

PL 25/2024 - Estádio livre de assédio: campanha permanente de combate ao assédio em espaços esportivos.

PL 206/2024 - Projeto do Selo Empresa Amiga do Cuidado – Reconhecimento a empresas que apoiam mães trabalhadoras.

UM NOVO MARCO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Estamos construindo um novo marco no enfrentamento à violência contra a mulher no Paraná, articulando com instituições e especialistas uma política estadual que garanta assistência jurídica gratuita e especializada onde a Defensoria Pública não chega. Nossa atuação reúne Assembleia, OAB, Judiciário, movimentos sociais e toda a rede de proteção para enfrentar a desigualdade que deixa tantas mulheres sem amparo ao denunciar seus agressores. Defender o direito à defesa é defender dignidade, segurança e justiça.

SAÚDE MENTAL

cultive essa ideia

Construímos uma agenda sólida e permanente em defesa da saúde mental no Paraná. Da criação e coordenação da Frente Parlamentar — hoje referência nacional — às ações emergenciais em territórios devastados, como a força-tarefa psicológica em Rio Bonito do Iguaçu após o tornado, nosso mandato atua onde a vida das pessoas pede urgência e compromisso. Levantamos dados inéditos sobre o adoecimento psíquico de servidores estaduais, cobramos respostas dos órgãos públicos, articulamos políticas junto ao governo federal e levamos equipes especializadas às escolas para dialogar com os jovens sobre prevenção ao suicídio. Promovemos seminários, audiências e debates que aproximam universidades, CAPS, movimentos e especialistas, e garantimos recursos para saúde mental na LDO para fortalecer ações voltadas à juventude e ao cuidado integral. Também apresentamos projeto de lei para coibir o assédio a servidores, protegendo quem trabalha na linha de frente dos serviços públicos. Saúde mental é política pública, e seguimos construindo caminhos para que ela seja acessível, acolhedora e prioridade em todo o estado.



Reunião no Ministério da Saúde com o secretário executivo Adriano Massuda sobre políticas para a saúde mental



EVENTOS

Seminário Estadual de Saúde Mental e Políticas Públicas, com participação de universidades e entidades especializadas.

Audiências sobre saúde mental na educação e em forças de segurança.



PROJETOS E AÇÕES LEGISLATIVAS

Projeto obrigando concessionárias de serviços públicos a divulgarem cuidados com saúde mental.

Emendas na LDO para garantir recursos voltados à juventude e saúde mental.



Agenda no CAPS



Seminário de Saúde Mental



FRENTE PARLAMENTAR DE PROTEÇÃO À SAÚDE MENTAL

Presidência da Frente, referência nacional no tema.

Convênio com o CRP (Conselho Regional de Psicologia) para força-tarefa no atendimento psicológico em Rio Bonito do Iguaçu, devastado por um tornado

Levantamento de afastamento de servidores estaduais por adoecimento psíquico no Paraná, cobrança dos órgãos públicos e articulação junto ao governo do Brasil.

8.888 PROFESSORES AFASTADOS POR ADOECIMENTO MENTAL

Esse dado inédito foi levantado por meio da Frente Parlamentar de Proteção à Saúde Mental, coordenada pelo nosso mandato, permitindo expor a dimensão do adoecimento entre os servidores e impulsionar o debate sobre políticas públicas de cuidado e prevenção.



A EDUCAÇÃO PÚBLICA É A MÁQUINA QUE MOVE A DEMOCRACIA

A defesa da escola pública é a prioridade do nosso mandato. Em um cenário de ataques aos direitos sociais e de tentativas permanentes de transformar a educação em negócio, assumimos a tarefa de proteger um direito que é de todas e todos. Foi nesse espírito que enfrentamos a política de privatização das escolas implementada pelo governo do Paraná, um projeto que ignora a vontade da comunidade escolar e submete crianças e adolescentes aos interesses de empresas escolhidas sem transparência.

As consultas públicas realizadas em 2024 e 2025 revelaram a dimensão dessa resistência. Em 90% das escolas, pais, estudantes, professores e funcionários disseram não à entrega das unidades à iniciativa privada. Mesmo assim, o governo insistiu em avançar, ignorando o recado das comunidades e impondo a privatização em mais de 80 escolas. A mobilização coletiva, porém, impediu a entrega de outras quase 100 unidades, mostrando que a participação popular tem força para frear retrocessos.

Nosso mandato atuou em todas as frentes. Na Assembleia Legislativa, denunciemos irregularidades do processo, apontamos a ausência de prestação de contas e mostramos que o modelo foi empurrado a toque de caixa, sem debate público. Levamos as ilegalidades ao STF, por meio da Ação 7684, e dialogamos

DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA É GARANTIR QUE NENHUM SONHO FIQUE PELO CAMINHO



com o ministro da Corte, com o Advogado-Geral da União, com o Procurador-Geral da República e com parlamentares federais. Também acionamos o Tribunal de Contas do Estado para responsabilizar o secretário de Educação pelo vazamento de dados de estudantes, pais e responsáveis, uma violação grave ocorrida durante as consultas.

Enquanto isso, as comunidades viram de perto os efeitos do modelo privatizante. Valores milionários foram repassados a empresas que não investiram nem metade do que receberam nas escolas. Não há garantias de que mensalidades não serão cobradas no futuro. Professores são contratados diretamente pelas gestoras, com salários mais baixos e alta rotatividade. Turmas tendem a ficar superlotadas, já que o pagamento do governo é por aluno matriculado. Projetos de contraturno podem ser descontinuados ou vendidos, porque não existe obrigação de mantê-los. Em pouco tempo, multiplicaram-se denúncias de assédio, precarização e violações de direitos.

A educação pública não existe para gerar lucro. Existe para ampliar oportunidades, reduzir desigualdades e formar cidadãos livres. Cada real enviado a uma empresa e não investido na escola significa menos aprendizagem, menos cuidado e menos futuro. Em vez de fortalecer a estrutura da educação, o governo escolheu entregar recursos públicos a grupos privados que já acumularam mais de duzentos milhões de reais explorando um serviço essencial.

Além da privatização, enfrentamos a militarização e a luta coletiva impediu que muitas escolas se transformem em cívico-militares.

Seguimos trabalhando para reverter esse projeto e reconstruir o que foi perdido. A luta continua nas escolas, nos conselhos, no Parlamento e na Justiça. Cada votação, cada denúncia e cada mobilização mostra que existe um Paraná que não aceita ver a educação tratada como mercadoria. Quando a comunidade escolar se organiza, a democracia se fortalece. E quando a educação pública resiste, todo o estado avança.





LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO E MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS

Denúncia de irregularidades no programa, incluindo falta de transparência e repasses milionários sem prestação de contas.

Cobranças formais ao governo e à Seed por editais, reconsultas ilegais e descumprimento de ordem judicial.

Solicitação de suspensão completa do credenciamento de empresas.

Ação no TCE questionando irregularidades do programa.

Pedido de auditoria sobre contratações irregulares no programa Parceiro da Escola.

Liderança nas mobilizações contra privatização das escolas

Articulação com professores, famílias e estudantes para impedir ampliação de modelos antidemocráticos.

Denúncias sobre casos de assédio, tortura e abusos nas escolas cívico-militares.



Audiência no STF sobre a inconstitucionalidade das escolas cívico-militares



Reunião com PGR em Brasília contra escolas cívico-militares



Agenda em Brasília com a ministra Esther Dweck.



PERMANÊNCIA ESTUDANTIL, JUVENTUDE E ENSINO TÉCNICO

Defesa do transporte universitário no litoral e articulação de soluções entre estudantes e prefeituras.

Cobrança à SEED sobre fechamento de cursos, do ensino noturno, do EJA e Escolas do Campo.

Proposta da Rede Estadual de Cursinhos Populares do Paraná.

Requerimentos que garantiram flexibilização da frequência de 100% imposta pela Seed.

Defesa das políticas de permanência dos estudantes universitários.

Participação do relatório de 2023 sobre reconhecimento facial das escolas públicas do Paraná



FUTURO DA EDUCAÇÃO

Audiências e debates sobre diretrizes para uso de inteligência artificial na educação.

Enfrentamento à precarização do trabalho docente e defesa da saúde mental de educadores.

Debate nacional sobre saúde mental de professores com o Ministério da Educação e da Saúde.

Asseguramos que a SEED aceitasse atestados médicos na formação continuada.

Articulação de emendas e investimentos no IFPR, com novos campi em cinco municípios.

AUDIÊNCIAS REALIZADAS

- ➔ Revogação do Novo Ensino Médio
- ➔ Casas de Estudante
- ➔ Transporte universitário no litoral
- ➔ Educação especializada para pessoas com deficiências nas escolas públicas



Educação não é mercadoria!





MEIO AMBIENTE E TRABALHO

CATADORAS E CATADORES

a base da economia **nnn**
circular e da sustentabilidade

Nossa relação com as catadoras e os catadores nasce do compromisso com justiça social, sustentabilidade e dignidade no trabalho. É ao lado das cooperativas que construímos políticas públicas que fortalecem quem faz a reciclagem acontecer todos os dias, muito antes de o tema virar discurso bonito em palanque. Por isso articulamos recursos, ampliamos direitos e lutamos para que esses trabalhadores ocupem o lugar que lhes pertence: o de protagonistas da economia circular.

Essa construção aparece em cada ação do mandato. Aprovamos um projeto de lei que obriga grandes geradores a destinarem seus resíduos prioritariamente às cooperativas, corrigindo distorções de mercado e garantindo mais renda para quem vive do próprio trabalho. Com o Instituto Vozes, com

a ministra Gleisi Hoffmann e com a Itaipu Binacional, viabilizamos caminhões, prensas, empilhadeiras, esteiras e equipamentos que dão autonomia, segurança e poder de negociação às associações em várias regiões do estado. Não é caridade: é política pública, com impacto social, ambiental e econômico.

Catadoras e catadores fazem muito mais do que separar resíduos. Geram renda, cuidam do planeta, sustentam famílias e constroem um futuro mais justo com as próprias mãos. Nosso mandato segue ao lado dessas trabalhadoras e trabalhadores, fortalecendo cooperativas, ampliando direitos e garantindo que a sustentabilidade seja feita com inclusão — porque nenhum projeto ambiental é sério se não começar por quem cuida do meio ambiente todos os dias.



A Lei 22.653/2025, de autoria do nosso Mandato, garante que grandes geradores de resíduos, como shoppings, supermercados e indústrias, priorizem a entrega de materiais recicláveis às cooperativas e associações de catadores. A medida corrige distorções de mercado, fortalece a renda e a organização dos trabalhadores da reciclagem e amplia a inclusão social na gestão de resíduos. Ao mesmo tempo, contribui para reduzir o envio de lixo aos aterros e impulsiona a economia circular, alinhando o Paraná às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE JUVENTUDE

- ➔ População LGBTI+
- ➔ Reconhecimento da Parada da Diversidade de Curitiba seja patrimônio cultural (PL 550/2024).
- ➔ Audiências sobre acesso à saúde, educação e trabalho de pessoas trans e travestis.
- ➔ Debate sobre visibilidade trans.
- ➔ Emenda para inclusão de recursos na LDO visando a criação de políticas públicas para a juventude
- ➔ Protagonismo jovem como marca do mandato.
- ➔ Participação no Conselho Estadual da Juventude



BATALHAS DE RIMA

Com a lei 21.519, apresentada pelo nosso mandato, as batalhas de rima se tornaram patrimônio imaterial e cultural do Paraná — reconhecendo a potência da juventude, da arte urbana e da expressão periférica que transforma o nosso estado.



DEFESA DA SOBERANIA

Reabertura da FAFEN-PR.

Defesa da Celepar, Sanepar, escolas públicas e Copel contra privatizações.

Junto à reabertura da FAFEN, articulamos com o IFPR de Araucária para levar formação especializada do Programa Autonomia e Renda da Petrobras à comunidade local.

A retomada da **FAFEN-PR** recoloca o Paraná em uma rota de inovação e soberania produtiva, fortalecendo a capacidade nacional de pesquisa em fertilizantes e reduzindo vulnerabilidades externas que afetam diretamente o agronegócio e o preço dos alimentos. A reabertura da unidade simboliza a reconstrução de políticas industriais desmontadas nos últimos anos e reafirma o compromisso do governo federal com empregos de qualidade, desenvolvimento regional e retomada da Petrobras como motor estratégico para o país.



80 PROJETOS DE LEI

Conheça alguns:

660/2023	Define diretrizes da assistência estudantil nas universidades estaduais.
506/2025	Inclui novo dispositivo no programa de atendimento psicopedagógico da rede pública.
620/2025	Autoriza a criação da rede estadual de cursinhos populares.
367/2025	Exige que vestibulares incluam ao menos 20% de obras de autores paranaenses.
508/2025	Reconhece a festa nacional do fandango caíçara como patrimônio imaterial e evento oficial.
550/2024	Declara a parada da diversidade lgbti de curitiba patrimônio imaterial e garante apoio ao evento.
423/2025	Inclui a jornada de agroecologia no calendário oficial.
958/2023	Estabelece regras para grandes eventos, com oferta gratuita de água.
1055/2023	Cria a consolidação das leis de defesa do consumidor do paraná.
506/2024	Obriga concessionárias a inserir mensagem de prevenção à saúde mental nas faturas de setembro.
629/2025	Estabelece apoio ao aleitamento humano em emergências e desastres.
630/2025	Institui a campanha agosto dourado no código da mulher paranaense.
736/2023	Cria a política estadual para a população em situação de rua.
770/2023	Transfere terras públicas a comunidades quilombolas conforme o adct.
821/2023	Atualiza regras sobre a presença de doulas no parto e pós-parto.
539/2025	Altera a legislação consolidada dos direitos da mulher.
675/2025	Amplia direitos e procedimentos no código da mulher paranaense.
833/2023	Cria mecanismos de apoio à transição agroecológica.
136/2024	Reconhece emergência climática no estado e define metas.
448/2019	Determina câmeras de áudio e vídeo em viaturas e uniformes da pm, bombeiros e defesa civil.
397/2025	Define diretrizes para evitar assédio na abordagem a servidores públicos.
216/2024	Garante o direito à desconexão para servidores públicos civis.
424/2025	Proteção de dados: impede que a celepar compartilhe dados com empresas privadas.
505/2024	Estádio livre de assédio: campanha permanente de combate ao assédio em espaços esportivos.
216/2024	Selo empresa amiga do cuidado: incentivo a políticas que apoiem mães trabalhadoras.
299/2025	Proibição de homenagens à ditadura: preservação da memória democrática.
201/2025	Preservação da memória democrática.



APROVADOS Agora é lei! Conheça algumas:

21.403/2023	Combate à violência obstétrica.
21.519/2023	Reconhece as batalhas de rima como patrimônio cultural imaterial do paraná.
Utilidade pública	Concedidas a entidades sociais e indígenas.
21.926/2024	Expansão e fortalecimento das delegacias da mulher.
22.653/2025	Prioriza cooperativas de catadores na destinação de materiais recicláveis.
22.115/2024	Institui a semana estadual das juventudes.
22.478/2025	Cria o programa paranaense de atenção à saúde no climatério.
22.088/2024	Estabelece condições de trabalho adequadas para policiais científicas e penais gestantes e lactantes.
22.707/2025	Cria o dia da escritora paranaense (25 de novembro).



MAIS DE 25 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS Confira as principais:

Revogação do Novo Ensino Médio	Casas de Estudante
Batalhas de Rima em Debate	Combate ao Assédio nos Estádios
Economia do Cuidado	Visibilidade Trans na Prática
Condições de trabalho dignas para os portuários	Transporte universitário no litoral
Advocacia dativa para garantir defesa de mulheres vítimas de violência	Saúde mental dos bancários e financeiros
Quem cuida de quem cuida - saúde mental das mães de pessoas com deficiência	Enfrentamento à violência política de gênero
	Educação especializada para pessoas com deficiências nas escolas publicas



ATUAÇÃO INSTITUCIONAL E POLÍTICA

RELAÇÃO COM O GOVERNO FEDERAL

- ➔ Membro titular da CCJ
- ➔ Vice-liderança do bloco partidário PT-PDT, reforçando papel na articulação política da Assembleia.
- ➔ Participação em debates em Brasília sobre educação e saúde mental.
- ➔ Atuação junto a ministros e órgãos federais em defesa da escola pública.
- ➔ Membro da Executiva Nacional do PT

RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO COLETIVA.

O nosso Mandato se firmou como voz ativa na Assembleia Legislativa, articulando pautas das mulheres, da juventude e da educação. Denunciamos retrocessos, apresentamos propostas de lei e mantivemos o compromisso com a defesa do interesse público no Paraná. Rumo à construção de um Estado mais justo, democrático e inclusivo.



“

**SEGUIMOS
AVANÇANDO COM
ESPERANÇA, LUTA
E O COMPROMISSO
DE TRANSFORMAR
A VIDA DAS PESSOAS.**

Participe do nosso Mandato! Dúvidas, comentários
e sugestões acesse o QR code ao lado



/najulia.ribeiro



/najuliaribeiro



(41) 9285-2969



/najulia.ribeiro



/najuliaribeiro



/www.anajuliaribeiro.com



TRABALHADORAS
DO MUNDO
UNI-VOS!

ANA JÚLIA
DEPUTADA ESTADUAL